

**POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE DA
ETHERNYUM ROCK WORLD PARTICIPAÇÕES S.A.**

A presente Política de Divulgação tem como princípio geral estabelecer o dever da ERW AGENCY ("Companhia") de divulgar, de forma adequada, as informações relevantes sobre os seus negócios, estabelecendo as obrigações e os mecanismos de divulgação destas informações relevantes ao mercado de modo a atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de ato ou fato relevante, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários S.A. ("CVM") nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358/02").

I. Definições

INVESTIMENTO DE RISCO, SEM A GARANTIA DO FUNDO GARANTIDOR DO BANCO CENTRAL E DO (FGC).

Atenção: As operações que envolverem criptomoedas ou tokens configuram investimentos de risco, sem a garantia e a proteção do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) ou do Banco Central do Brasil.

1. O presente instrumento deverá ser interpretado considerando as seguintes definições:
 - (i) Bolsas de Valores: a BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, bem como quaisquer outras bolsas de valores ou mercados de balcão organizados em que a Companhia tenha valores mobiliários admitidos a negociação.
 - (ii) Companhia: ERW AGENCY

- (iii) CVM: a Comissão de Valores Mobiliários.
- (iv) Diretor de Relações com Investidores: o Diretor da Companhia eleito para exercer as atribuições previstas nas instruções e regulamentações da CVM, incluindo a execução, o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento da Política de Divulgação.
- (v) Informação(ões) Relevante(s): aquelas definidas como informações relevantes nos termos da Instrução CVM 358/02, inclusive qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, comercial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos Valores Mobiliários (conforme abaixo definido); (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os Valores Mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de Valores Mobiliários. Relação exemplificativa de situações que podem configurar Informação Relevante encontra-se no artigo 2º da Instrução CVM 358/02.
- (vi) Instrução CVM 358/02: a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 358, de 3 de janeiro de 2002.
- (vii) Pessoas Vinculadas: aquelas indicadas no artigo 13 da Instrução 358/02, inclusive a Companhia, seus acionistas controladores diretos e indiretos, Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, quando instaurado, e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, gerentes e empregados, sociedades

controladoras e/ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais que tenham aderido expressamente à Política de Divulgação e estejam obrigados à observância das regras nela descritas, ou, ainda, qualquer pessoa que, nos termos da Instrução CVM 358/02, mesmo não tendo aderido à Política de Divulgação, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, seus acionistas controladores, suas controladas ou coligadas.

- (viii) Política de Divulgação: esta Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante.
- (ix) Termo de Adesão: termo de adesão à presente Política de Divulgação, a ser firmado conforme o modelo constante no Anexo I deste instrumento, nos termos dos artigos 15, § 1º, inciso I, e 16, § 1º da Instrução CVM 358/02.
- (x) Valores Mobiliários: quaisquer ações, debêntures, certificados de recebíveis imobiliários, bônus de subscrição, recibos e direitos de subscrição, notas promissórias, opções de compra e de venda ou derivados de qualquer espécie, ou, ainda, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo, de emissão da Companhia ou a eles referenciados que, por determinação legal, sejam considerados "valor mobiliário", existentes na data da aprovação da Política de Divulgação ou que venham a ser posteriormente criados.
- (xi) Exchange de criptomoedas: É a pessoa jurídica, ainda que não financeira, que oferece serviços referentes a operações realizadas com criptoativos, inclusive, mas não

se limitando, intermediação, negociação ou custódia, e que pode aceitar quaisquer meios de pagamento, e outros criptoativos. Para tanto, incluem-se no conceito de intermediação de operações realizadas com criptoativos, a disponibilização de ambientes para realizações de operações de compra e/ou venda de criptoativos realizadas entre os próprios usuários.

- (xii) A inicial coin Offering: consiste na abertura de período ou lapso de tempo para realização de pré-venda de direitos aos bens e/ou serviços que uma empresa pretende oferecer aos usuários mediante a comercialização de tokens digitais pela ofertante emitidos. A ICO tem como objetivo principal levantar fundos financeiros para aceleração de projeto do contratante.
- (xiii) Os wallets: são “Carteiras digitais Online” que servem para armazenar moedas e/ou tokens. Ademais, são políticas institucionais que servem para identificar os usuários dentro da Exchange, é voltada ao combate à lavagem de dinheiro, e ao financiamento contra o terrorismo.
- (xiv) A blockchain: é um livro contábil compartilhado e imutável que facilita o processo de registro de transações possibilitando realizar o rastreamento dos ativos em uma rede de negócios. Os *ativos* digitais são tangíveis ou intangíveis e são considerados bens corpóreos ou incorpóreos materialmente existentes no mundo físico. Dito isto, qualquer coisa que tenha valor pode ser rastreada e negociada em uma rede de blockchain reduzindo riscos e custos para ambas as Partes.
- (xv) O smart contract: é parte integrante da tecnologia blockchain, é um software que executa automaticamente transações e registram informações no livro contábil sem

intervenção humana, e as condições de contratos inteligentes são mutuamente acordadas por membros da rede. O smart contract é um componente principal para estabelecer a confiança e a eficiência entre as Partes. O Smart Contract eliminam essencialmente toda a papelada, e simplifica o processo gerando economia e tempo.

1. As Pessoas Vinculadas deverão assinar o Termo de Adesão, anexo a esta Política de Divulgação como Anexo I, bem como observar, cumprir e zelar pelo cumprimento de todas as disposições desta Política de Divulgação.
2. A Companhia manterá em sua sede os Termos de Adesão assinados, a relação das Pessoas Vinculadas e suas respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas e/ou Pessoas Jurídicas, atualizando-a sempre que houver qualquer alteração.

II. Objetivo

4. O objetivo da presente Política de Divulgação é estabelecer as regras que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais Pessoas Vinculadas no que tange à divulgação de Informações Relevantes e à manutenção de sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao público. A presente Política de Divulgação foi elaborada nos termos da Instrução CVM 358/02, mas não a substitui. As Pessoas Vinculadas devem observar todas as regras dispostas na Instrução 358/02, bem como suas eventuais posteriores alterações.
5. Quaisquer dúvidas acerca das disposições da presente Política de Divulgação, da regulamentação aplicável editada pela CVM e/ou sobre a necessidade de se divulgar ou não determinada

informação ao público deverão ser esclarecidas juntamente ao Diretor de Relações com Investidores.

III. Deveres e Responsabilidades

6. São responsabilidades do Diretor de Relações com Investidores:
 - (i) divulgar e comunicar por escrito, à CVM e às Bolsas de Valores, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado Informação Relevante;
 - (ii) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente na CVM e nas Bolsas de Valores e em todos os mercados nos quais a Companhia tenha Valores Mobiliários admitidos a negociação, assim como ao público investidor em geral; e
 - (iii) supervisionar eventuais vazamentos de informação na mídia e/ou oscilações atípicas relativas à negociação dos valores mobiliários da companhia.
7. A comunicação de Informações Relevantes à CVM e, se for o caso, às Bolsas de Valores, deve ser feita imediatamente por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente, de forma clara e precisa e em linguagem acessível ao público investidor, os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos.
8. A Informação Relevante poderá ser divulgada por meio (i) das inúmeras páginas de notícias <https://prnewswire.com.br/> na rede mundial de computadores, e (ii) da disponibilização da respectiva informação no endereço <http://erwagency.com>, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às Bolsas de Valores.

9. O Diretor de Relações com Investidores poderá determinar, a seu exclusivo critério, a divulgação adicional do anúncio de ato ou fato relevante por meio da publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo tal publicação ser feita de forma resumida, desde que indique o endereço na rede mundial de computadores em que a informação estará disponível, em teor idêntico àquele remetido à CVM e às Bolsas de Valores.
10. Sempre que for veiculada Informação Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, a Informação Relevante deverá ser obrigatoriamente divulgada simultaneamente à CVM e, se for o caso, às Bolsas de Valores e ao público investidor em geral.
11. A Informação Relevante deverá, preferencialmente, ser divulgada antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores, sendo que será feita observando o horário de funcionamento destas respectivas entidades.
12. Caso seja excepcionalmente imperativo que a divulgação de Informação Relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores poderá, ao comunicar a Informação Relevante, solicitar, sempre simultaneamente às Bolsas de Valores, a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários pelo tempo necessário à adequada disseminação da referida informação.
13. Sempre que a CVM ou as Bolsas de Valores exigirem do Diretor de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de Informação Relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade

- negociada dos Valores Mobiliários, deverá o Diretor de Relações com Investidores inquirir as pessoas com acesso a informações sobre Ato ou Fato Relevante com o objetivo de averiguar se tais pessoas têm conhecimento de informações adicionais que devam ser divulgadas ao mercado.
14. As Pessoas Vinculadas que venham a ser inquiridas na forma do item 13 acima deverão responder à solicitação do Diretor de Relações com Investidores imediatamente. Caso não tenham condições de se encontrar pessoalmente ou de contata-lo por telefone no mesmo dia em que este tenha conhecimento da(s) exigência(s) da CVM ou das Bolsas de Valores, as Pessoas Vinculadas em questão deverão enviar correio eletrônico com informações e esclarecimentos ao Diretor de Relações com Investidores.
 15. Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar uma Informação Relevante deverá comunicá-los imediatamente, por escrito, ao Diretor de Relações com Investidores e deverá verificar se o Diretor de Relações com Investidores tomou as providências previstas nesta Política de Divulgação em relação à divulgação da referida informação.

IV. Exceção à Imediata Divulgação de Informação Relevante

16. Os atos ou fatos que constituem Informação Relevante poderão, excepcionalmente, deixar de ser divulgados, se seus acionistas controladores ou administradores entenderem que a sua revelação colocará em risco o interesse legítimo da Companhia.
17. A Companhia poderá submeter à apreciação da CVM a sua decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo Informação Relevante cuja divulgação entenda representar risco ao interesse

legítimo da Companhia.

18. Caso a Informação Relevante não divulgada ao público nos termos do item anterior escape ao controle, tornando-se de conhecimento de pessoas diversas das que tiveram originalmente conhecimento e/ou daqueles que decidiram manter sigilosa a Informação Relevante e/ou do público em geral e/ou caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, os acionistas controladores ou os administradores ficam obrigados a, diretamente ou por meio do Diretor de Relações com Investidores, providenciar para que referida Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM e, se for se o caso, às Bolsas de Valores e ao público em geral.

V. Dever de Guardar Sigilo Acerca de Informação Relevante

19. As Pessoas Vinculadas devem guardar sigilo absoluto acerca das Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, nos termos desta Política de Divulgação e da Instrução CVM 358/02, as quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.
20. As Pessoas Vinculadas não devem discutir Informações Relevantes em lugares públicos. Da mesma forma, as Pessoas Vinculadas somente deverão tratar de assuntos relacionados às Informações Relevantes com aqueles que tenham necessidade de conhecer tais informações, ou seja, aqueles que estejam envolvidos pelos motivos que ensejem a colocação dos valores mobiliários no mercado, bem como a organização para a devida prestação das informações ao público, sempre visando ao fiel

cumprimento das disposições da Instrução CVM 358/02 e desta Política de Divulgação.

VI. Infrações e Sanções

21. Quaisquer violações desta Política de Divulgação verificadas pelas Pessoas Vinculadas deverão ser comunicadas à Companhia na pessoa do Diretor de Relações com Investidores, nos termos da Instrução CVM 358/02, observado o disposto no item 15 desta Política de Divulgação.
22. Sem prejuízo das sanções cabíveis nos termos da legislação vigente, a serem aplicadas pelas autoridades competentes, em caso de violação dos termos e procedimentos estabelecidos nesta Política de Divulgação, caberá ao conselho de administração tomar as medidas disciplinares que forem cabíveis no âmbito interno da Companhia, inclusive a destituição do cargo ou demissão do infrator nas hipóteses de violação grave.
23. Caso a medida cabível seja de competência legal ou estatutária da Assembleia Geral, deverá o conselho de administração convocá-la para deliberar sobre o tema.

VII. Alteração

24. Qualquer alteração desta Política de Divulgação deverá ser obrigatoriamente comunicada à CVM e, se for o caso, às Bolsas de Valores.

VIII. Vigência

25. A presente Política de Divulgação entrará em vigor na data da concessão do registro de companhia aberta da Companhia e

permanecerá em vigor por prazo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário pelo Conselho de Administração da Companhia.

ANEXO I

MODELO DE TERMO DE ADESÃO À POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

Eu, [nome e qualificação], [função], venho, por meio do presente Termo, aderir à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da ERW AGENCY, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em [•] de [•] de [•], bem como assumir o compromisso de observar integralmente as normas e procedimentos previstos nela previstos.

[Local e Data]

[Nome]

RG: [•]

CPF/MF:

[•]